

LUTAS DE RESISTENCIA E PROCESSOS FORMATIVOS: BELO MONTE NA PERSPECTIVA HISTÓRICA DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA AMAZÔNIA.

Lauanda Castro da Silva

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitario de Castanhal. Bolsista (PIBIC) – lauanda.castro@gmail.com

Francisco Renan Araujo da Silva

Bacharel e Licenciado Pleno em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitario de Castanhal. Bolsista (PIVIC) – frasrenan@hotmail.com

Ivana de Oliveira Gomes e Silva

Profª Adjunta da Universidade Federal do Pará (UFPA), Doutora em Geografia (UNESP)

RESUMO

O presente estudo versa sobre os movimentos de resistência contra UHE Belo Monte na perspectiva de processos formativos e está vinculado ao projeto de pesquisa Desenvolvimento na Amazônia: Grandes Projetos e Populações Atingidas. O trabalho fundamentou-se nos moldes da abordagem de pesquisa qualitativa, adotando como procedimento metodológico a Pesquisa Bibliográfica acerca do projeto hidrelétrico de Belo Monte e dos movimentos sociais enquanto espaços de formação. Com base nas informações encontradas na literatura, constatou-se que as relações estabelecidas pelo homem no decurso dos anos se orientou a partir de contatos que de modo geral foram predatórios a natureza, movimento que se viu fortalecido com o surgimento da Ciência Moderna, a serviço do Capital. Na Amazônia esse posicionamento pode ser observado de modo mais claro na medida em que se inicia na região todo um processo de captura dos recursos naturais necessários ao desenvolvimento de mercadorias para o acúmulo de capital através do mercado global. As incursões em direção a Amazônia enfrentaram desde o início a resistência das populações tradicionais residentes na região, a semelhança do caso da construção da UHE Belo Monte, no qual se organizaram de modo efetivo, mesmo que sofrendo duras baixas por parte do Estado em articulação com o Capital que acaba por promover a flexibilização jurídica dos direitos adquiridos pelas populações tradicionais. A luta pela salvaguarda de seus direitos impulsionará uma reformulação dos conhecimentos presentes na Amazônia, afim de que os mesmos possam ser utilizados nos embates pela sobrevivência material e cultural dos povos tradicionais amazônicos.

Palavras-Chave

Amazônia. Povos Tradicionais. Movimentos de Resistencia. Processo formativos.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento pensado para a Amazônia tem como marca a desconexão com a vida que se desenvolve em seu território, quer seja vegetal, animal ou humano. Projetados a partir de necessidades e perspectivas exógenas os planos de desenvolvimento a medida em que são implantados produzem apenas exploração econômica de áreas remotas do território nacional as custas da desagregação da vida de populações tradicionais que perdem as condições mais básicas a sobrevivência física e cultural de seus povos.

Nesse sentido a instalação de grandes projetos hidroenergéticos, a semelhança da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, não costumam levar em consideração os Relatórios de Impactos Ambientais (RIMA), ficando a atenção aos mesmos circunscritos muitas vezes ao campo burocrático no momento de se pleitear o licenciamento ambiental para a construção da obra, sem, contudo, se concretizar de forma integral, em ações preventivas que visem minimizar os impactos advindos do empreendimento.

A pesquisa é parte integrante de um plano de trabalho vinculado ao projeto de pesquisa “Des-envolvimentos na Amazônia: Grandes projetos e populações atingidas”, que fita analisar o cenário de embates desencadeado pela forma que o Estado juntamente com o Capital tem pensado o desenvolvimento para a Amazônia. Para tanto, com o propósito de orientar essa investigação, buscou-se responder a problemática de pesquisa: Como se configurou a relação homem-natureza ao longo dos tempos e de que forma essa configuração reflete no Projeto Hidrelétrico de Belo Monte? Como a vivência nos movimentos de resistência contra a UHE Belo Monte pode ser caracterizada como processo formativo?

Visando respondê-la, apresentou-se inicialmente um panorama da relação homem-natureza em articulação com os interesses do capital. *A posteriori*, o estudo voltou-se para uma descrição histórica acerca do Projeto Hidrelétrico de Belo Monte e da reação contrária à execução do mesmo. Na terceira seção optou-se por realizar uma discussão relativa aos movimentos de resistência a Belo Monte enquanto processo formativo.

A investigação fundamentou-se nos princípios da abordagem qualitativa de pesquisa, já que, havia uma necessidade compreender o tema mais adequadamente e de acordo com Minayo *apud* Lara e Molina (s/d) esta é a modalidade de pesquisa que trabalha com fenômenos que não podem ser meramente quantificados, mas que precisam ser aprofundados no que tange significações em relações humanas. Na questão operacional, a investigação teve com procedimento metodológico o levantamento bibliográfico acerca da UHE Belo Monte e movimentos de resistência.

2 RELAÇÃO HOMEM-NATUREZA E INTERESSES DO CAPITAL

Desde o período anterior a formação das primeiras civilizações o homem estabelece relação com o meio natural. Contudo, somente com o progressivo processo de formação e fixação de agrupamentos humanos, as intervenções na biosfera intensificaram-se produzindo, paulatinamente, transformações nocivas sobre dinâmicas naturais. No decorrer dos séculos a natureza passou a ser explorada de maneira, cada vez mais, irracional, o homem alicerçava as

ações incongruentes que empreendia sobre esse meio, em discursos baseados em uma visão antropocêntrica utilitária do ambiente natural (PONTES e BARROS, 2015). Nesse sentido, na relação homem-natureza, o primeiro galgou rumo ao estabelecimento de uma hierarquia na qual a segunda tem sua existência tão somente para fins de servir as aspirações das sociedades humanas (PONTES e BARROS, 2015).

Conforme o avançar do tempo e da crescente conjuntura marcada pela constatação dos efeitos assoladores produzidos pelo aproveitamento inconsciente dos recursos naturais, diversos países despertaram para a discussão da questão ambiental e para o pensamento moral em relação à preservação da biosfera, avançando para o distanciamento do pensamento meramente antropocêntrico utilitarista (PONTES e BARROS, 2015). A partir disso, diversos segmentos da sociedade e da produção de conhecimentos científicos assumiram a Natureza como detentora de direitos, postulando nos documentos legais o compromisso com a sua manutenção.

Nessa perspectiva, a atual Constituição Federal brasileira, promulgada no ano de 1988, determina em seu Art. 225 que “Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988) e destaca no inciso VIII “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”.

Todavia, o próprio Estado contradiz as postulações acerca do meio natural que estão presentes na legislação, à medida que a literatura o aponta como aquele que, ao longo da história do Brasil, tem propiciado as condições estruturais favoráveis ao avanço do capital, desconsiderando quaisquer impactos antrópicos sobre a natureza e sobre o próprio homem. Ao discorrer acerca de como o Brasil e, consequentemente, a Amazônia assumem uma posição subordinada a outros países, Gomes e Silva aponta que “na dinâmica de produção, concentração e ampliação do capital em âmbito mundial, sucessivamente criam-se retóricas desenvolvimentistas utilizadas para justificar o estabelecimento de medidas políticas e econômicas materializados em planos e programas” (2017, p. 41).

Operando em prol dos intentos do capital, os diversos governos brasileiros, em maior ou menor grau, tem atuado ao longo da história contrariamente ao bem comum, priorizando os interesses privados ao pensar os grandes empreendimentos ambientais. Os planos e programas voltadas para o fortalecimento do capital são mascarados por discursos

desenvolvimentistas, destacando-se nesse cenário a história da hidroeletricidade no país, principalmente tangente à implantação das grandes usinas hidrelétricas na Amazônia sob pretexto de evitar uma possível crise do setor elétrico e de propiciar o desenvolvimento regional e nacional (GOMES E SILVA, 2017). Isto posto, no decorrer do processo de concepimento dessas grandes obras, “o pragmatismo das ações esvazia supostas preocupações ambientais” (ZIOBER e ZANIRATO *apud* PONTES e BARROS, 2015, p. 159).

Embora parte considerável da humanidade seja partidária as ações empregadas em benefício do progresso desenfreado, visto somente pela perspectiva da rentabilidade obtida com a exploração do meio natural, há também aqueles que se atentam para o bem da coletividade e do equilíbrio ecológico (PONTES e BARROS, 2015).

3 DESENVOLVIMENTISMO NA AMAZÔNIA: BELO MONTE E RESISTÊNCIA

Desde o período colonial construiu-se um imaginário coletivo a respeito da Amazônia o qual a coloca como um ambiente rico em recursos naturais, mas cuja população não tem capacidade de lográ-los em favor do desenvolvimento, nesse sentido, ao longo dos anos agentes externos utilizaram esse discurso equivocado para justificar a criação de políticas de exploração da matéria prima amazônica com fins desenvolvimentistas (VIEIRA, 2017).

No século XX instaurou-se no âmbito internacional uma conjuntura marcada pelo capitalismo dependente, na qual os países periféricos associaram-se aos países centrais, oferecendo aos últimos “[...] vantagens no processo de produção, abundância nos recursos naturais, mão de obra barata, fragilidade nas medidas de proteção ambiental [...]” e em contrapartida recebendo apoio do capital estrangeiro para empreender ações desenvolvimentistas expressas no fomento à industrialização e a produção de bens de consumo (ARAÚJO, 2015).

A Amazônia nesse contexto de ampliação e reprodução do capital é inserida como uma reserva de recursos naturais em profusão (ARAÚJO, 2015). Embora o Estado tenha construído um discurso de busca pelo desenvolvimento regional para justificar os planos de desenvolvimento para Amazônia, na verdade consistiram em uma coalizão da burguesia nacional/internacional com o Estado brasileiro com o intuito de ampliar, reproduzir e concentrar o capital (ARAÚJO, 2015).

Os diversos empreendimentos instalados na Amazônia com o objetivo de criar estruturas físicas para o estabelecimento do capital na região foram executados por empresas

concebidas pelo capital nacional e internacional e foram fortemente contestadas por movimentos de resistência devido aos numerosos impactos socioambientais em potencial (ARAÚJO, 2015). Nesse contexto se insere a UHE de Belo Monte cujo projeto nasceu durante a Ditadura Militar, na década de 70 do século XX, sem consulta prévia aos povos tradicionais que seriam afetados com sua construção (VIEIRA, 2017).

A realização do “I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu”, em 1989, é considerada um marco da resistência à construção da Belo Monte. O movimento liderado pelos Kaiapós contou com o apoio de diversos movimentos ambientalistas e sociais e expressou à insatisfação dos povos indígenas com o empreendimento, na ocasião, a índia Tuíra encostou seu facão no rosto do Diretor de Engenharia de Obras da Eletronorte, Muniz Lopes (MELO, 2005). A cena ganhou grande repercussão na mídia nacional e internacional (Instituto Socioambiental *apud* ARAÚJO, 2015).

Vieira (2017) aponta que com a realização da Conferência Mundial de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio - 92) e a formulação da Agenda 21 os países que adotavam uma política desenvolvimentista alicerçada na exploração predatória dos recursos naturais sofreram fortes pressões. Os impactos desses empreendimentos sobre as populações tradicionais, principalmente, sobre os povos indígenas ocasionou a realização da Convenção 169, no ano de 1989 (VIEIRA, 2017). O compromisso com as necessidades indígenas foi pactuado por grande parte dos países da América Latina e foi expresso em um código coletivo, destacando-se o direito dos povos indígenas de serem consultados acerca de quaisquer medidas do Poder Legislativo ou Executivo que os afetem (VIEIRA, 2017).

Nesse contexto, o largo potencial de geração de impactos socioambientais da UHE de Belo Monte propiciou o adiamento do projeto (VIEIRA, 2017). O debate sobre a construção do empreendimento só reacendeu nos governos do PT (Partido dos Trabalhadores), Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), quando o projeto da UHE de Belo Monte passou a integrar o Plano de Aceleração de Crescimento (PAC).

No ano de 2010 o projeto obteve o licenciamento ambiental prévio para ser construído e teve como vencedor do seu leilão o Consórcio Norte Energia, a partir disso a usina teve seu projeto redesenhado diversas vezes a fim de torná-lo menos passível de questionamentos referentes à sua viabilidade, principalmente, pelos movimentos de resistência tanto a nível nacional quanto a nível internacional, recebendo em 2016 a licença de operação (VIEIRA, 2017).

O Projeto Hidrelétrico para a construção e operacionalização da usina na bacia do Rio Xingu, na região de Altamira no estado do Pará, desde sua concepção é objeto de estudos voltados para o levantamento dos impactos ambientais e sociais ocasionados por sua implantação. O resultado de tais estudos revelou a dimensão das atrocidades suscitadas pela construção da UHE Belo Monte (GOMES E SILVA, 2017), no entanto, o Estado deu prosseguimento às obras desse empreendimento energético atendendo as “exigências do modelo utilitarista imposto pelo modelo econômico nacional e internacional” (PONTES e BARROS, 2015, P.168).

Em razão disso, frente à potencialidade de geração de impactos da UHE Belo Monte na região da Volta Grande do rio Xingu sobre a natureza e sobre as populações indígenas e ribeirinhas foi criado em 2008 o Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVPS) (VIEIRA, 2017) como um movimento de resistência “composto de mais de 250 organizações e movimentos sociais e ambientalistas, com a bandeira da busca por outro modelo de desenvolvimento para a região, pautado na defesa do meio ambiente e na justiça social, o que incluía a luta pela não construção de Belo Monte.” (VIEIRA, 2017, p. 458).

O MXVPS foi fundado após o II Encontro dos Povos Indígenas, ocorrido em 2008 no município de Altamira. O evento congregou tanto os povos indígenas e populações tradicionais do Xingu quanto organizações ambientais contrárias ao Projeto Hidrelétrico de Belo Monte (VIEIRA, 2017). O grupo de sujeitos envolvidos nesse embate social de busca pela conservação da natureza e do modo de vida dos povos tradicionais foi “formado por lideranças de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores rurais, moradores de Altamira, professores, movimento de mulheres e organizações religiosas” se engajou em protestos e campanhas que evidenciavam que o desenvolvimento pensado pelo Estado para a Amazônia não é benéfico para as populações locais (VIEIRA, 2017, p. 474).

O posicionamento adotado pelo MXVPS em relação à política desenvolvimentista que ignora os direitos dos povos indígenas assegurados pela Constituição de 1988 e pela Convenção 169 e inferioriza a proporção dos impactos socioambientais em nome da modernização resultou na criação do documento Carta Xingu Vivo para Sempre em 2008 que propunha um modelo de desenvolvimento alternativo.

Estudos como os divulgados no Painel de Especialistas (2009) que revelam os vários problemas desencadeados pela Belo Monte e tem impulsionado a manifestação contrária do Ministério Público Federal (MPF) e de movimentos sociais ao empreendimento ao longo dos

anos. “O MPF tem sido especialmente ativo. Procuradores ajuizaram, por exemplo, 27 ações judiciais relacionadas à usina entre os anos de 2001 e 2016” (VILAÇA, 2017, p. 62) questionando a legitimidade da obra e denunciando os impactos sobre as populações das áreas diretamente e indiretamente afetadas. Em contrapartida aos movimentos que resistem a Usina de Belo Monte, “o que tem se observado é a constituição uma superestrutura estatal para blindar a construção da obra, incluindo o uso da força policial.” (ARAÚJO, 2015, p.11), na qual o Estado prossegue subalternizando os agravos socioambientais em nome da ampliação, da reprodução e da acumulação do capital, chegando a criminalizar os movimentos que se opõem ao empreendimento (ARAÚJO, 2015).

4 RESISTÊNCIA COMO PROCESSO FORMATIVO: UHE BELO MONTE

A vida no interior da Amazônia é tecida a partir do intercruzamento dos diálogos entres os diversos indivíduos e o meio natural. Seja na vida diária das lidas do rio, indo até os processos de construção dos saberes, os quais tem no contato com a natureza uma inscrição norteadora que não pode ser ignorada. Desta feita todas as ações empreendidas nesse cenário terminam por ecoar nos múltiplos campos da vida social, bem como nos permitem vislumbrar a necessidade de estruturação de uma cosmoética, a respeito das relações do homem para com a natureza, permitindo estabelecer contatos que salvaguardem a sobrevivência das informações biológicas e culturais.

Nos últimos tempos os embates travados entre setores da sociedade que defendem uma apropriação predatória dos recursos naturais e outros que fazem um uso mais orgânico das potencialidades nativas, dentro de uma perspectiva tradicional, tem produzido uma reformulação dos conhecimentos. Essas lutas quando associadas aos conteúdos curriculares produzem processos formativos em linha com o que é proposto por Paulo Freire (1921-1997) ao tratar sobre Educação Popular, na qual se passa a considerar a relevância das proposições formuladas por uma grande massa populacional, de maneira geral excluída pela sociedade capitalista (FREIRE, 1996).

A respeito da Educação Popular em Paulo Freire, Maciel diz que:

A pedagogia freireana é síntese da teorização implícita na prática de Educação Popular. Ela traz a consideração do conhecimento como possibilidade de superação de relações verticais contraditórias e de modelos mecanicistas de análise da realidade social e implantação de novas propostas que indiquem esperança e a necessidade de mudança. (MACIEL, 2011, p. 337)

Essa educação viva, fruto da resistência travada contra o capital, carrega consigo um forte cunho político, nesse contexto o sujeito tem um papel fundamental na contestação dos limites impostos pelo capital financeiro à localidade, pois este, uma vez consciente de seus direitos e das mazelas que assolam a comunidade da qual faz parte, tem condições de se organizar em direção a busca por melhorias sociais.

A vida social nesse contexto tem papel fundamental no processo de formação dos indivíduos que ali vivem os quais aprendem não só nos espaços formais de educação, mas também no calor das lutas diárias juntos aos movimentos sociais. Esse aprendizado também deve ser valorizado tendo sido previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1996, a qual afirma que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDBEN, art.1º, 1996).

Segundo a pesquisadora Maria da Glória Gohn as ações formativas no interior dos movimentos sociais ocorrem a medida que os indivíduos experienciam os eventos promovidos por esses grupos, os quais costumam objetivar uma conscientização dos indivíduos para que os mesmos possam ter uma participação autônoma na sociedade (GOHN, 2011).

Em um primeiro momento a construção de uma Usina Hidroelétrica, a semelhança da UHE de Belo Monte, pode parecer elemento distante do currículo ministrado em sala e que manteria diálogo estreito com uns poucos conteúdos de geográfica, entretanto, como nos aponta Michel Apple (1996), a educação é um processo relacional que se conecta de forma dialética com os mais remotos elementos de nossa sociedade. Pensar a educação a partir de uma perspectiva relacional, nos exige desnaturalizar posicionamentos, conteúdos e práticas, que em funcionamento trabalham no sentido de perpetuar as relações de poder vigente (APPLE, 1996).

Nesse sentido a labuta presente nas escolas no interior da Amazônia de busca por uma autonomia das populações locais, mesmo que estas se encontrem imersas no contexto de aplicação dos projetos capitalistas de desenvolvimento, é em boa parte realizada por educadores comprometidos, com as dinâmicas e o bem-estar da comunidade, mesmo que nem sempre sejam graduados academicamente, mas que tem seus saberes legitimados em virtude de sua experimentação ao longa da vida em comunidade (GOHN, 2011).

Essa luta contra hegemônica em busca de uma mudança significativa seria tarefa difícil de ser realizada caso se persistisse na mera repetição de conteúdo, sendo necessário trabalhar de forma reflexiva pontos ainda inexplorados, os quais são visitados por Educadores Radicais que realizam suas atividades educativas em articulação com as lutas sociais (COSTA,1996).

A luta travada na Amazônia ganha maior significância quando nos atentamos ao embricamento de territorialidades, ribeirinhas, indígenas e quilombolas que tem nesta área suas razões de ser e viver, e as quais se alteram à vontade dos empreendimentos de infraestrutura do capital, sem que para isso encontrem qualquer resistência significativa por parte do poder público que diuturnamente altera legislações que haviam sido conquistadas com muitos sacrifícios, a simples pretexto de um desenvolvimento que não se reverte em benefícios sociais a populações atingidas.

A síntese destes movimentos de resistência pode ser percebida à medida que se processa a formulação de um conhecimento que dialoga sobre os temas macros e cotidianos, a povos como partes inegociáveis nos processos de implantação dos projetos de infraestrutura na Amazônia. Contudo a introdução desses temas no momento de elaboração dos projetos não se dá de forma pacífica exigindo uma constante vigilância por parte de organizações de classe que tem seus direitos precificados pelo capital nacional e internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O homem constitui relação com a natureza desde antes do surgimento das primeiras civilizações. Nas diferentes temporalidades as sociedades humanas vislumbraram o meio ambiente somente pelo viés utilitarista, explorando-o, progressivamente, de maneira mais intensa a fim de atender seus interesses, subalternizando os efeitos negativos a curto, médio e longo prazo das ações empreendidas. Apesar de, em um dado momento da história, ter se fortalecido uma preocupação moral com as questões ambientais e destas terem sido expressadas em pactos coletivos entre países diversos e na própria legislação constitucional, a exemplo do Brasil, os intentos do capital são colocado acima dos impactos socioambientais.

O discurso desenvolvimentista e modernizador adotado pelo Estado brasileiro em relação à Amazônia esvazia-se de tal preocupação ambiental, na medida em que projetos como o da UHE de Belo Monte são apontados como obras de interesse coletivo e em prol do bem comum, mas tem como verdadeiro fito a acumulação, reprodução e concentração do capital.

Embora desde sua concepção esse empreendimento do setor elétrico tenha recebido fortes críticas e questionamentos dos movimentos ambientalistas nacionais e internacionais, dos movimentos de resistência e de outros setores da sociedade referentes à dimensão dos seus impactos socioambientais e da sua suposta viabilidade, o governo brasileiro a partir dos anos 2000 se articulou para assegurar a execução do projeto a qualquer custo, inclusive, violando direitos dos povos indígenas, como por exemplo, o direito a Consulta prévia acerca do aproveitamento hídrico de rios que se encontram em território desse grupo étnico.

Nesse cenário, o Movimento Xingu Vivo para Sempre ganha notoriedade por ter em sua composição diversificados seguimentos sociais que se articularam contra a construção do megaprojeto hidrelétrico na região da Volta Grande do Xingu, engajando-se na difusão de informações que denunciavam a política desenvolvimentista pensada para a Amazônia, que se efetiva mediante a privação dos indígenas e populações tradicionais do lugar no qual construíram sua identidade, memória, manifestação cultural e relação de afetividade a encargo dos interesses do capital.

Nesse contexto, os movimentos de resistência ajudam a dar um importante passo no sentido de auxiliarem na construção de um processo reflexivo a respeito dos temas que atravessam o cotidiano das populações atingidas pelos grandes projetos energéticos. Onde o veio pedagógico advindo desses movimentos se desenrola no contato social, não necessitando exclusivamente de ações praticadas no contexto da sala de aula, embora também se utilizem desse, mas, encontrasse impregnado na vida cotidiana, onde as lidas diárias pela subsistência gestam saberes que articulados aos conhecimentos acadêmico-escolares produzem importante arsenal a luta pela sobrevivência.

REFERENCIAS

APPLE, Michael W. Consumindo o outro: branquidade, educação e batatas fritas baratas. In: COSTA, Marisa Vorraber. Escola Básica na virada do século: cultura, política e educação. São Paulo: Cortez, 1996.

ARAÚJO, Rhoberta Santana. O discurso da política desenvolvimentista no Brasil sob a prevalência do capital: o caso da UHE de Belo Monte. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo8/o-discurso-da-politica-desenvolvimentista-no-brasil-sob-a-prevalencia-do-capital--o-caso-da-uhe-de-belo-monte.pdf>. Acesso em: 24 set. 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Base da educação Nacional. Lei n. 9394, de 20 de dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em 10 Out. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 4 Brasília-DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COSTA, Marisa Vorraber. Escola Básica na virada do século: cultura, política e educação. São Paulo: Cortez, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES E SILVA, Ivana de Oliveira. Precedentes e interesses envolvidos na territorialização do setor energético na Amazônia e no projeto da UHE Belo Monte. In: LEAL, Antonio Cezar; BORDALO, Carlos Alexandre Leão; NUNES, João Osvaldo Rodrigues (Org.). A geografia do Pará em múltiplas perspectivas: Políticas públicas, gestão e desenvolvimento territorial. Tupã: ANAP, 2017.

GOHN, Maria Da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. In Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47, p.333-513, maio-ago. 2011.

LARA, Ângela Mara de Barros; MOLINA, Adão Aparecido. Pesquisa qualitativa: apontamentos, conceitos e tipologias. Disponível em: <http://gepeto.ced.ufsc.br/files/2015/03/capitulo-angela.pdf>. Acesso em: 23 Set. 2018.

MACIEL, Karen de Fátima. O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular. *IN Educação em Perspectiva*, Viçosa, v. 2, n. 2, p. 326-344, jul./dez. 2011.

MELO, Antônia. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In: SEVÁ FILHO, A. Osvaldo. (org.) Tenotã – Mõ: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu. São Paulo: International Rivers Network, 2005.

PONTES, Felício de Araújo; BARROS, Lucivaldo Vasconcelos. A natureza como sujeito de direitos: A proteção do rio Xingu em face da construção da UHE de Belo Monte. In: GEDIEL, José Antônio Peres et al (Org.). Direitos em Conflito: Movimentos Sociais, resistência e casos judicializados.

VIEIRA, Flávia do Amaral. Movimento Xingu Vivo para Sempre: Luta e resistência contra Belo Monte. Revista InSURgência. -Brasília: Ano 3, V.3. 2017.

VILAÇA, Luiz. De práticas a capacidades: a atuação de procuradores do Ministério Público Federal no caso de Belo Monte. Soc. e Cult., Goiânia, v. 20, n. 1, p. 61-82, jan./jun. 2017.